



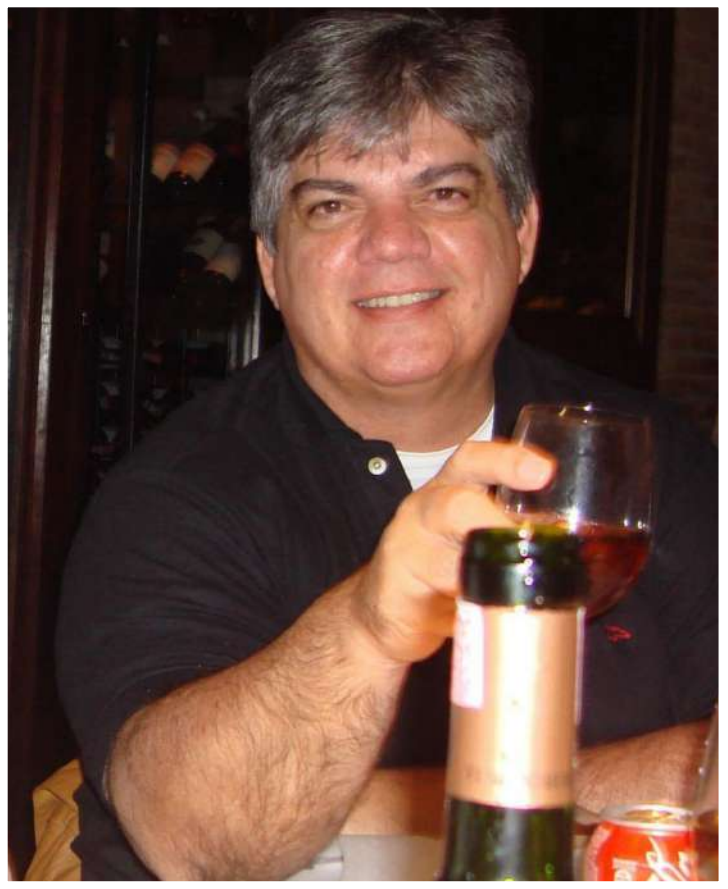
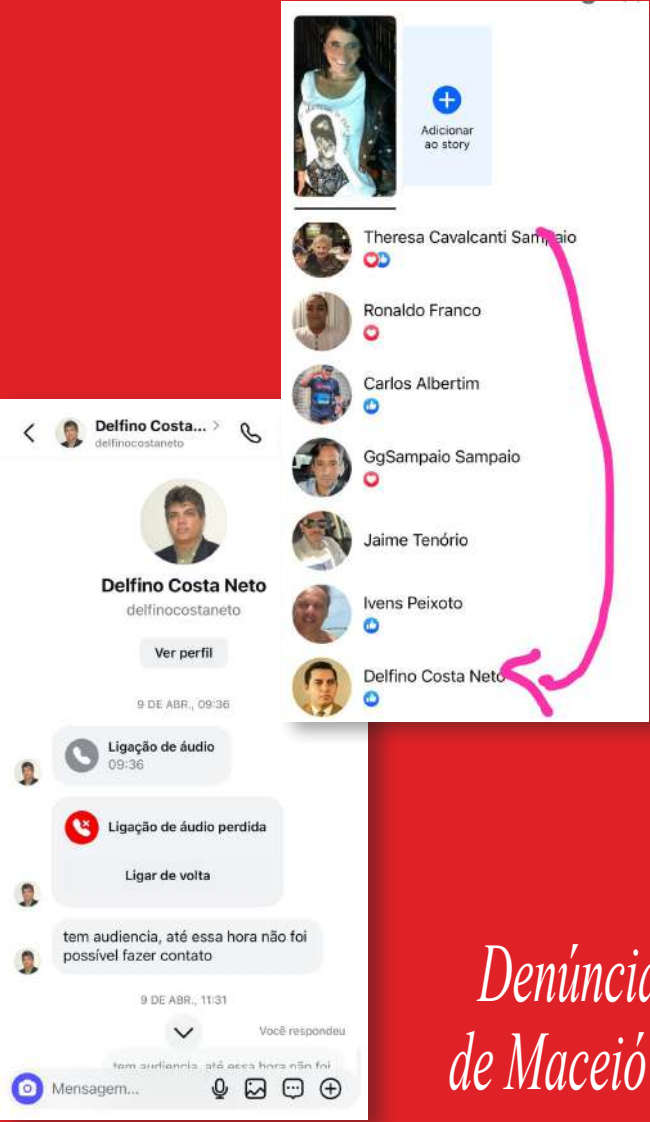
JUSTIÇA

PGR se posiciona contra renovação compulsória de contrato entre Rede Globo e TV Gazeta



AMEAÇADA

Promotor de Justiça de Alagoas é acusado de assédio moral por advogada; caso chega à Corregedoria do MP



Denúncia foi registrada na Delegacia da Mulher de Maceió e formalizada em representação escrita

FAKE NEWS

Bezerra nega boatos sobre venda de terras à Funai e reforça defesa dos direitos de pequenos produtores

Advogado Adeilson Bezerra desmente boato sobre venda de terras à Funai



IMPUNIDADE

Jornalista do MCCE critica PEC da Imoralidade e alerta para riscos à democracia



NOVA OPINIÃO

Parlamentar reverte voto inicial após pressão de eleitores e anuncia ação para barrar a proposta

Deputado Rafael Brito muda posição e passa a se opor à PEC da Blindagem



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Justiça blindada

Não é de hoje que o Brasil assiste, perplexo, às tentativas de parte do Congresso de erguer muralhas contra a Justiça. O discurso é sempre o mesmo: proteger o mandato, preservar a independência dos poderes, evitar supostos excessos do Judiciário. Mas, por trás das palavras bem ensaiadas, o que se vê é o movimento claro de parlamentares que buscam blindagem para escapar de processos e investigações. É um absurdo que representantes eleitos pelo povo, que deveriam ser os primeiros a respeitar a lei, trabalhem

para enfraquecer os instrumentos de responsabilização. Quando políticos tentam criar barreiras para se proteger de investigações, o que está em jogo não é a harmonia entre os poderes, mas a tentativa de institucionalizar a impunidade. A democracia não se sustenta quando alguns acreditam que estão acima das regras que valem para todos os cidadãos. O foro privilegiado, as manobras regimentais e as propostas de leis que dificultam o trabalho da Justiça são sintomas de um sistema que insiste em proteger os poderosos enquanto a

população enfrenta um cotidiano de falta de serviços básicos, violência e desigualdade. Blindar-se da Justiça é virar as costas para a sociedade. É corroer a confiança nas instituições. É brincar com a paciência de um povo que já paga caro demais pela corrupção e pela má gestão. Se o Brasil quer de fato ser uma democracia sólida, é preciso dizer em alto e bom som: chega de privilégios, chega de manobras. O mandato parlamentar deve ser instrumento de trabalho pelo interesse público — e não escudo contra a Justiça.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Sem ideias: Federação União Brasil/PP é herança da Arena

Juntos, PP e União Brasil ficam com as maiores bancadas da Câmara e do Senado: são 109 deputados e 15 senadores. A grande máquina criada com a federação partidária União Progressista (UP) tem imensa estrutura financeira para disputar eleições: quase R\$ 1 bilhão do fundo eleitoral em 2026. Mas, a federação carrega a herança da antiga Arena em quantidade, um partido gigante. Mas sem defender ideias e projetos para o Brasil. Ainda detém quatro ministérios no governo Lula, além da Caixa Econômica Federal e da Codevasf. Uma parte da turma é governo, outra é oposição. Talvez não lance candidato próprio ao governo federal. Uma banda pode apoiar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Outra, dependendo da conveniência, qualquer nome, inclusive do PT.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

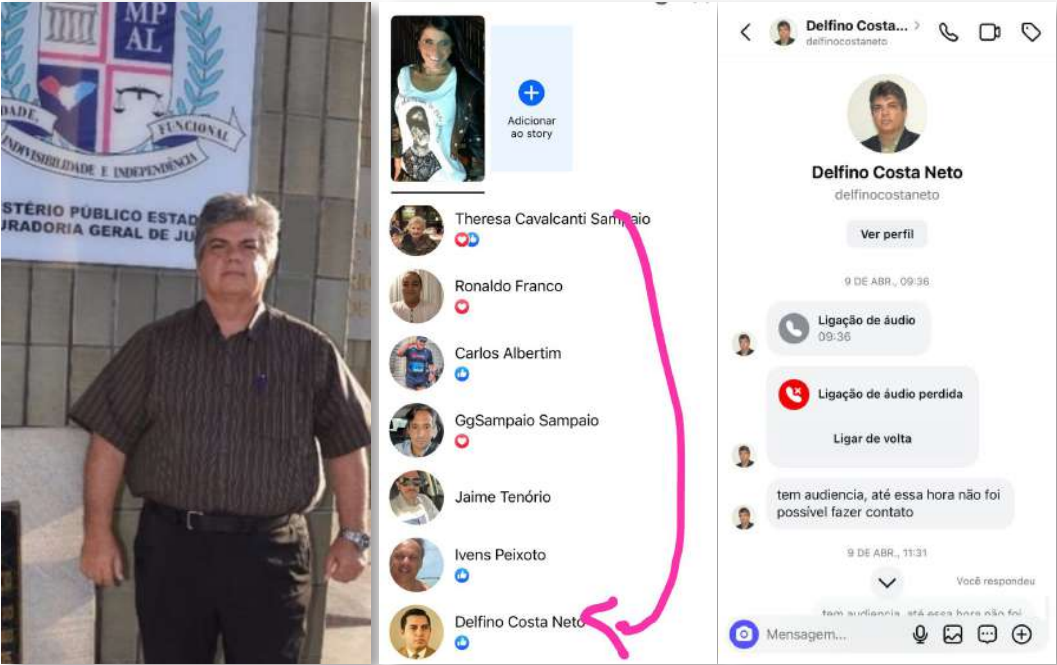
AMEAÇADA

Denúncia foi registrada na Delegacia da Mulher de Maceió e formalizada em representação escrita

Promotor de Justiça de Alagoas é acusado de assédio moral por advogada; caso chega à Corregedoria do MP

O promotor de Justiça Delfino Costa, do Ministério Público de Alagoas (MP/AL), foi acusado de assédio moral por uma advogada alagoana em ocorrência registrada na Delegacia da Mulher, em Maceió, no dia 17 de setembro de 2025. A denunciante é a advogada Adriana Mangabeira Wanderley, que também protocolou representação contra o promotor na Corregedoria do MP/AL. O caso deverá ser apreciado pelo Conselho de Ética da instituição.

De acordo com o documento apresentado pela advogada, Delfino Costa estaria “unindo forças para perseguir a representante no pessoal e profissionalmente, praticando atos que configuram a prática de infração”. No texto, Adriana relata que o promotor utilizou sua posição em dois processos que tramitam no Juizado Especial Criminal e do Torcedor da Capital para assediá-



la moralmente por meio de diversas ligações feitas pelo aplicativo Instagram. Segundo a representação, a advogada nunca autorizou esse tipo de contato e interpreta a conduta como uma perseguição. Ela sustenta que o comportamento viola sua atuação profissional e pede providências: “Assim sendo, requiro de Vossa Excelência o afastamento do Procurador Delfino Costa Neto dos processos da Representante, bem como a nulidade dos pareceres nos processos por ele assinado”, afirma Adriana Mangabeira Wanderley, no documento protocolado em 18 de setembro de 2025.

Além da denúncia escrita, a advogada também acusa Delfino de proferir ataques

para evitar que o processo fosse arquivado por renúncia tácita da queixa-crime.

“O episódio que ela entendeu como assédio configuraria, na verdade, apenas um suposto assédio moral. Ela imaginou que eu teria ligado para notificá-la sobre a audiência, mas, na realidade, a intimação foi feita por oficial de justiça. Apenas procurei auxiliá-la, para que não perdesse o processo”, afirmou Delfino, em mensagens enviadas à redação.

O promotor também apresentou documentos para sustentar sua versão, incluindo o pedido da própria advogada para participar da audiência de forma virtual e a ata da sessão, que registraria a data da ligação. Ele argumenta que Adriana estaria sob forte estresse e acabou interpretando sua atitude como perseguição.

A reportagem teve acesso a prints e documentos que embasam a denúncia, que já foram encaminhados à Corregedoria do MP/AL. O caso segue em apuração. A Delegacia da Mulher e os órgãos de controle interno do Ministério Público ainda devem se manifestar sobre as acusações.

NOVA OPINIÃO

Parlamentar reverte voto inicial após pressão de eleitores e anuncia ação para barrar a proposta

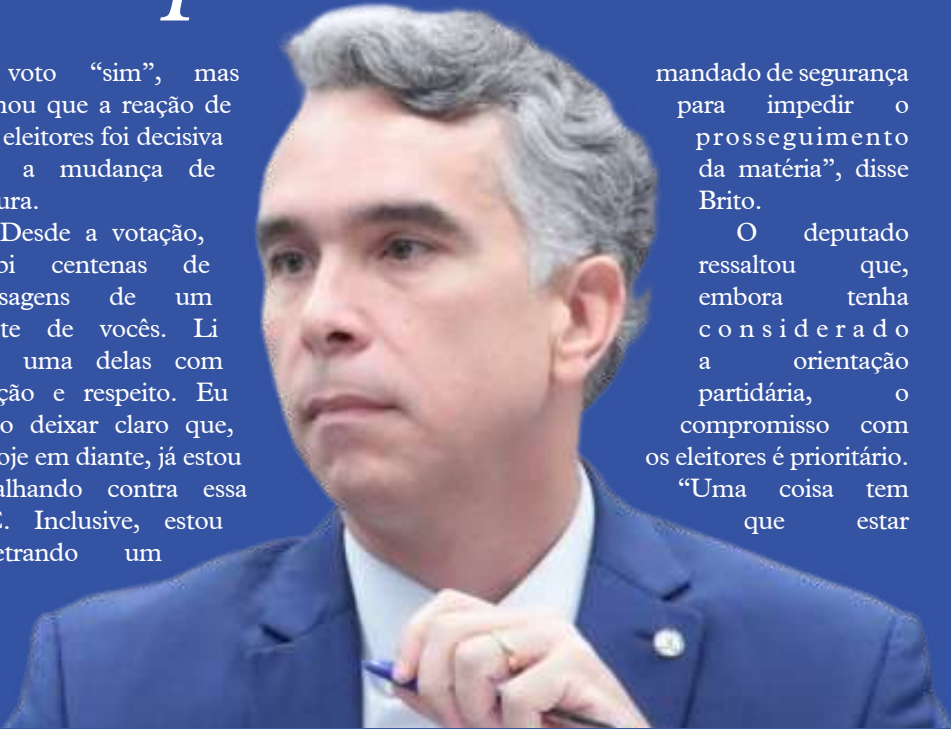
Deputado Rafael Brito muda posição e passa a se opor à PEC da Blindagem

O deputado federal Rafael Brito (MDB-AL) anunciou nesta quinta-feira (18) que vai se posicionar contra a chamada PEC da Blindagem, conhecida também como PEC das Prerrogativas. Inicialmente, Brito havia seguido a orientação da bancada do MDB na Câmara, que fechou questão a favor da proposta.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o parlamentar mostrou um print de mensagem enviada pela liderança do partido com a indicação

de voto “sim”, mas afirmou que a reação de seus eleitores foi decisiva para a mudança de postura.

“Desde a votação, recebi centenas de mensagens de um monte de vocês. Li cada uma delas com atenção e respeito. Eu quero deixar claro que, de hoje em diante, já estou trabalhando contra essa PEC. Inclusive, estou impetrando um



mandado de segurança para impedir o prosseguimento da matéria”, disse Brito.

O deputado ressaltou que, embora tenha considerado a orientação partidária, o compromisso com os eleitores é prioritário. “Uma coisa tem que estar

sempre em primeiro lugar: o compromisso com o meu eleitorado. A transparência e a prestação de contas são valores inegociáveis. Meu compromisso maior é com quem me elegeu, o povo alagoano”, afirmou.

Brito também destacou a importância de rever decisões diante do diálogo com a sociedade: “Acredito que um político deve ter a humildade de ouvir, refletir e, quando necessário, reconsiderar suas posições e seus votos. Vou continuar trabalhando por um Brasil mais justo, mais transparente, sempre aberto ao diálogo com cada um de vocês”, concluiu.

ATENÇÃO!

Inscrições vão de 22 a 30 de setembro; oportunidades são para profissionais de níveis médio e superior

AgSUS oferece 179 vagas em escritórios regionais e distritais, incluindo Maceió

A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) abriu, nesta quinta-feira (18), edital de processo seletivo com 179 vagas para atuação em Escritórios Regionais e Distritais, incluindo oportunidades em Maceió, Alagoas. Além das vagas imediatas, o edital prevê a formação de cadastro reserva.

As oportunidades são destinadas a profissionais de nível superior, na função de assistente de região/distrito, com remuneração de R\$ 5.000, e de nível médio, na função de agente de região/distrito, com salário de R\$ 3.000, além de benefícios. As inscrições poderão ser realizadas de 22 a 30 de setembro, exclusivamente pelo site da AgSUS.

O processo seletivo

será composto por duas etapas: análise curricular, de 1º a 17 de outubro, e avaliação de conhecimentos, entre 27 e 31 de outubro. O resultado final será divulgado em 7 de novembro, e as contratações terão início a partir de 17 de novembro de 2025.

Conforme previsto na Lei 15.142/2025, 5% das vagas são reservadas para pessoas com deficiência e 30% para

pretos, pardos, quilombolas e indígenas. As contratações seguirão a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e têm como objetivo apoiar a execução de programas e projetos estratégicos da AgSUS.

Além de Maceió, os aprovados poderão atuar em 33 outros municípios de 18 estados, como São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Manaus (AM).

Criada em 2023 pelo Governo Federal, a AgSUS é uma autarquia pública sem fins lucrativos que atua no apoio ao Ministério da Saúde, com foco na fixação de profissionais de saúde em regiões vulneráveis e no desenvolvimento de programas de atenção primária, especializada e à saúde indígena.



ECONOMIA

Planejamento orçamentário das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no estado acontece de forma colaborativa e leva em conta distribuição do crédito por segmento econômico

Banco do Nordeste reúne instituições governamentais e representantes de setores produtivos para planejar investimentos em Alagoas para 2026

O Banco do Nordeste (BNB) reúne nesta terça-feira, 23, representantes das três esferas de governo e integrantes de entidades de classe e dos setores produtivos do estado, para o planejamento orçamentário dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a serem aplicados no próximo ano, em Alagoas. O encontro

acontece a partir das 8h30, no auditório da Superintendência Estadual do BNB, em Maceió (AL).

Durante a reunião, será construída e validada a proposta orçamentária do FNE no estado, com a distribuição dos recursos entre os segmentos de infraestrutura, pecuária, comércio e serviços, agricultura, turismo, agroindústria, indústria e pessoa física.

O FNE, administrado pelo Banco do Nordeste, é a principal fonte de financiamento da instituição, criado pela constituição de 1988 e voltado a investimentos de longo prazo nos diversos segmentos econômicos da área de atuação do banco (Nordeste e parte de Minas Gerais e do Espírito Santo). No período

de 2021 até julho de 2025, o BNB já financiou R\$ 8,5 bilhões com recursos do FNE em Alagoas.

“A ideia é a construção colaborativa desse orçamento para 2026 no estado, com a distribuição da previsão de recursos que serão aplicados por segmento econômico. Para tanto, o BNB leva em conta tanto o histórico de financiamentos com recursos do FNE no território alagoano, como as perspectivas de crescimento de cada setor e as potencialidades econômicas locais, fruto da contribuição dos parceiros presentes na reunião”, destaca o superintendente estadual do BNB em Alagoas, Sidinei Reis.

Diretrizes 2026

O superintendente ressalta ainda que

o planejamento da alocação desses recursos também segue preceitos legais, a exemplo de percentual mínimo de 62% em projetos dos portes considerados prioritários (microempreendedores urbanos e rurais, agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e empresas de porte pequeno-médio).

Para 2026, o foco de aplicação dos recursos do FNE será voltado principalmente a projetos que promovam a agricultura familiar e a agroindústria; energias renováveis; indústria de transformação e inovação; infraestrutura; Novo PAC; serviços digitais e tecnológicos; saúde, educação e assistência social; turismo, cultura e economia criativa.

Essas políticas de aplicação do FNE são definidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

IMPROBIDADE

Relatório aponta falhas contábeis, ausência de documentos e descumprimento de limites constitucionais

TCE-AL recomenda rejeição das contas do prefeito de Major Izidoro

O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL) recomendou a rejeição das contas do prefeito reeleito de Major Izidoro, Theobaldo Cavalcanti Neto, referentes ao exercício financeiro de 2023. A decisão foi publicada no Diário Oficial do órgão nesta quinta-feira (18)



e se baseia em uma série de inconsistências e falhas na gestão municipal. O parecer do conselheiro relator Anselmo Brito detalha problemas documentais graves. A prefeitura deixou de enviar anexos essenciais, como o Anexo de Programas de Governo, e não apresentou extratos bancários que comprovassem saldo superior a R\$ 37 milhões. Além disso, as Notas Explicativas, obrigatórias para detalhar as demonstrações contábeis e financeiras, também não foram incluídas. No campo financeiro, a auditoria identificou que a receita no Balanço Orçamentário não foi atualizada, não houve justificativa para a redução de mais de R\$ 109 milhões na rubrica “Provisões a Longo Prazo” e foi registrado aumento de quase R\$ 8 milhões no Ativo Imobilizado sem comprovação. Entre as irregularidades sociais, o TCE apontou o descumprimento do limite constitucional mínimo de 25% de investimentos em Educação, indicando insuficiência de recursos para o setor. A gestão do Portal da Transparência também foi classificada como irregular, contrariando dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O tribunal concluiu que as falhas e a falta de transparência nos registros contábeis prejudicam o controle externo e dificultam a fiscalização do patrimônio público municipal. O prefeito será notificado e poderá apresentar recurso. Caso a decisão seja mantida, a recomendação de rejeição será enviada à Câmara Municipal de Major Izidoro, que fará o julgamento final das contas.

LITERATURA

Obras de Plínio Baima e Janaína de Freitas refletem sobre o STF e as grotas de Maceió

Lançamento de livros debate justiça e desigualdade urbana em Alagoas

Dois novos livros da literatura alagoana serão lançados na próxima quinta-feira (25), em Maceió. São eles: “A suprema dualidade: STF e a produção de normatividades de exceção às margens do Estado”, de Plínio Régis Baima Almeida, e “A questão urbana

em Maceió e o programa Vida Nova nas Grotas: entre desafios geográficos e promessas habitacionais”, de Janaína Helena de Freitas. O evento acontecerá no Museu Palácio Floriano Peixoto, na Praça dos Martírios, das 15h às 18h. A tarde de autógrafos contará com a presença dos autores e convidados. Plínio Baima, em sua segunda obra autoral e com mais duas organizadas, explica que o livro nasceu de suas primeiras experiências no Direito e da percepção das contradições do sistema judicial. “Esta obra desvela duas contradições importantes: o acolhimento pelo STF de teses que ampliam direitos de liberdade, enquanto decisões sociais e econômicas muitas vezes desestruturam a rede de proteção prevista na Constituição. A outra contradição repousa no papel do STF como Guardião da Constituição. Analiso essas questões sob a perspectiva do estado de exceção, já que não se espera do Supremo atuar contra a própria Constituição”, afirma Baima. O livro analisa manifestações públicas e decisões do STF, mostrando como a Corte pode simultaneamente ampliar direitos de liberdade e enfraquecer proteções sociais, revelando comportamentos excludentes e autoritários dentro da ordem jurídica. Já Janaína de Freitas lança seu primeiro livro solo, resultado de pesquisa durante o doutorado em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense. A obra discute as grotas de Maceió e o programa Vida Nova nas Grotas, destacando o direito à cidade e à moradia digna. “Minha pesquisa envolveu trabalho de campo intenso: visitei as grotas, entrei nas casas, conversei com moradores e registrei suas realidades. Essa vivência direta está presente nas páginas, tanto nos relatos quanto nas imagens, conferindo uma dimensão visual única à obra”, explica Janaína. O livro evidencia como a geografia das grotas, vales profundos da capital alagoana, contribui para a exclusão e a segregação social, criticando políticas habitacionais e a negligência do poder público em relação às necessidades dessas comunidades. As obras estarão à venda no lançamento e podem ser adquiridas em versões física e digital na Amazon e no site da Editora Dialética.

Plínio Régis Baima de Almeida

A SUPREMA DUALIDADE

STF e a produção de normatividades de exceção às margens do Estado

JANAÍNA HELENA DE FREITAS

A QUESTÃO URBANA EM MACEIÓ E O PROGRAMA VIDA NOVA NAS GROTAS

Entre desafios geográficos e promessas habitacionais

Lançamento dos livros

A Suprema Dualidade: STF e a produção de normatividades de exceção às margens do Estado

A Questão Urbana em Maceió e o Programa Vida Nova nas Grotas: Entre Desafios Geográficos e promessas habitacionais

de Plínio Régis Baima de Almeida

de Janaína Helena de Freitas

25 DE SETEMBRO DE 2025

DAS 15H ÀS 18H

SOCIEDADE

Sessões contarão com a participação da sociedade, com objetivo de apresentar demandas e buscar caminhos sobre os temas sugeridos pelos vereadores

Câmara aprova realização de audiências para debater esporte, saúde e políticas sociais

A participação da sociedade nos debates que definem os rumos da cidade tem sido valorizada com a realização de audiências públicas pela Câmara Municipal de Maceió. Na sessão desta quinta-feira (18), foram aprovados requerimentos de vereadores para promover discussões sobre seis temas diferentes.

Esporte na periferia, políticas sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, igualdade racial, envelhecimento, enfrentamento do câncer e dificuldades para o diagnóstico da hanseníase serão os assuntos abordados nas audiências aprovadas. As datas ainda serão definidas pelos parlamentares em conjunto com a Mesa Diretora.

Um dos temas propostos, esporte na periferia, é de iniciativa do vereador Brivaldo Marques. Ele pretende colocar em discussão a importância da valorização das escolinhas de futebol e projetos sociais para a promoção da formação esportiva e cidadã de crianças e adolescentes.

O público principal



será formado por professores, treinadores e instrutores, para que apresentem demandas e sugestões para o fortalecimento do setor. “Em muitos casos, a atuação desses profissionais vai além do campo, alcançando dimensões educativas e sociais, que contribuem diretamente para a prevenção da violência, combate às drogas e redução da evasão escolar”, afirma o parlamentar, em sua justificativa.

O vereador Leonardo Dias também propôs audiência, para discutir políticas sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial a população em situação de rua. Um dos focos do debate será a ausência de suporte adequado após a alta hospitalar.

Na justificativa, o parlamentar aponta que a falta de abrigos especializados com equipe de enfermagem resulta na permanência do

paciente nos hospitais por períodos mais longos do que o necessário. “O objetivo é discutir a criação de um plano de ação que inclua a implementação de centros de acolhimento temporário equipados para cuidados pós-alta”, afirma.

A vereadora Teca Nelma propôs a realização de quatro audiências, que foram aprovadas. Uma delas irá discutir a adesão do Município de Maceió ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com objetivo de articular e integrar políticas para combater a desigualdade racial. Na capital, segundo dados do IBGE, mais de 73% da população se autodeclara preta ou parda.

Outro assunto será o envelhecimento com dignidade, considerando que o Brasil superou a marca de 30 milhões de pessoas com 60

anos ou mais, e Maceió tem mais de 90 mil pessoas idosas, ou seja, uma a cada dez. O foco será reduzir as barreiras de acesso a saúde, proteção social, mobilidade urbana, inclusão digital e cultural e participação social e no trabalho.

A saúde também será abordada, com os temas enfrentamento do câncer de cabeça e pescoço, desde o diagnóstico até a reabilitação, e os desafios para identificar de forma precoce a hanseníase. Ambas as audiências têm o objetivo de facilitar o acesso aos serviços de saúde pelos pacientes.

CUIDADOS

Programa Manu Omena tem como objetivo agilizar o atendimento de crianças e adolescentes com sintomas da doença

Tratamento obrigatório de depressão desde a infância é lei aprovada na Câmara de Maceió

Depressão não é coisa só de adultos. Crianças e adolescentes também enfrentam o problema com cada vez mais frequência, e as tentativas ou consumação de suicídios têm aumentado na adolescência, segundo estudos abordados pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

No mês de setembro, o Brasil inteiro se mobiliza com o Setembro Amarelo para prevenir o suicídio e, entre as ações do poder público com esse objetivo está a lei 7.250, promulgada

pela Câmara Municipal de Maceió, de autoria da então vereadora Gaby Ronalsa. Ela institui o Programa Manu Omena, para tornar obrigatório o tratamento contra depressão na infância e adolescência.

De acordo com o texto, as crianças e adolescentes com sintomas deverão ser acompanhadas, imediatamente, por profissionais multidisciplinares de acordo com cada diagnóstico e por tempo indeterminado.

A lei tem como objetivo garantir a realização de campanhas educativas de divulgação e conscientização, promover o suporte dos pacientes por uma rede especializada em tratamento individualizado, estimular as escolas a realizarem seminários, palestras e outras formas de conscientização, e garantir o auxílio entre escolas, pais e assistência social.

O programa leva o nome de Manu Omena,

uma jovem maceioense que enfrentou a depressão e sucumbiu à doença, tirando a própria vida no ano de 2022. Desde então, seu nome virou símbolo da luta pelo tratamento e

garantia de políticas públicas para prevenir o agravamento do problema, desde os primeiros sintomas.



FAKE NEWS

Bezerra nega boatos sobre venda de terras à Funai e reforça defesa dos direitos de pequenos produtores

Advogado Adeilson Bezerra desmente boato sobre venda de terras à Funai

O advogado Adeilson Bezerra veio a público, nesta sexta(19), para desmentir um vídeo que circula nas redes sociais divulgado por uma autoproclamada liderança indígena.

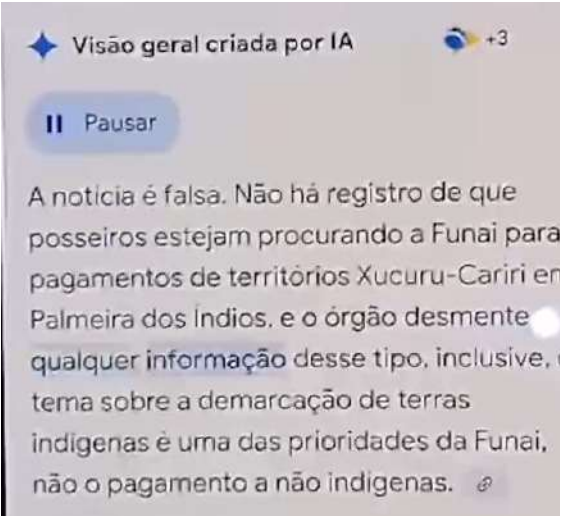
No material, o indivíduo afirma que pequenos produtores estariam procurando a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) com o objetivo de vender suas propriedades.

Segundo Bezerra, a informação é inverídica e não encontra qualquer respaldo jurídico ou fático. Ele reforça que não existe previsão legal para a Funai adquirir propriedades privadas e que o processo de demarcação de terras indígenas deve seguir estritamente os ritos estabelecidos pela legislação brasileira.

“É lamentável que

notícias falsas sejam propagadas em um momento que exige serenidade, diálogo e transparência. O pequeno produtor rural já enfrenta um clima de insegurança e não pode ser usado como massa de manobra para interesses políticos ou pessoais”, declarou o Bezerra.

Bezerra destacou ainda que seguirá atuando para assegurar os direitos constitucionais dos produtores e para que todas as informações sejam devidamente esclarecidas junto aos órgãos competentes.



IMPUNIDADE

Fernando CPI afirma que proposta abre brechas para blindagem de políticos

Jornalista do MCCE critica PEC da Imoralidade e alerta para riscos à democracia

O jornalista e representante do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), Fernando CPI, criticou duramente a chamada PEC da Imoralidade, projeto que vem gerando intensa polêmica nos bastidores da política nacional.



Segundo Fernando, a medida “abre brechas para a blindagem de políticos investigados e sepulta qualquer avanço na luta contra a corrupção”. Ele reforçou que a proposta não apenas fere princípios republicanos, como também enfraquece a confiança da população no sistema democrático.

“É inaceitável que em pleno século XXI ainda se tente institucionalizar a impunidade. Essa PEC é um escárnio, um tapa na cara do cidadão que paga impostos e exige ética na vida pública”, declarou o dirigente.

Fernando CPI ainda afirmou que o MCCE estuda medidas para mobilizar a sociedade civil, partidos comprometidos com a transparência e entidades da imprensa independente contra a proposta. “Se essa PEC avançar, será uma das maiores derrotas da democracia brasileira. Precisamos unir vozes para barrar essa aberração jurídica e moral”, acrescentou.

JUSTIÇA

Procurador-geral Paulo Gonet cita condenação de Collor e destaca interesse público na regularidade das concessões

PGR se posiciona contra renovação compulsória de contrato entre Rede Globo e TV Gazeta

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) recomendando a derrubada das decisões judiciais que determinaram a renovação do contrato de afiliação entre a TV Globo e a TV Gazeta de Alagoas, pertencente ao ex-presidente Fernando Collor de Mello.

A TV Gazeta, em recuperação judicial desde 2019, obteve liminar na Justiça de Alagoas que prorrogou o vínculo por mais cinco anos, após a Globo anunciar que não renovaria a parceria ao fim de 2023. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão, levando a Globo a recorrer ao STF.

Em sua manifestação, Gonet destacou que Collor foi condenado pelo próprio Supremo, em maio de 2023, a oito anos e dez meses de prisão por corrupção e lavagem de

dinheiro. Pela lei, pessoas com esse tipo de condenação não podem participar da gestão de empresas de radiodifusão com concessão pública.

Para o procurador-geral, obrigar a Globo a manter o contrato significa impor vínculo com uma afiliada em situação irregular, colocando em risco a legalidade da concessão. Ele ressaltou ainda que o Ministério das Comunicações já apontou indícios de infração na permanência do ex-presidente na sociedade.

Do outro lado, a TV Gazeta sustenta

que a decisão judicial buscou preservar empregos e a saúde financeira do grupo, que emprega 400 pessoas e depende do contrato para manter suas operações. A defesa lembra que foram investidos R\$ 30 milhões em equipamentos para retransmissão do sinal da Globo em Alagoas e que a parceria já dura meio século.

Com o parecer do PGR, o processo segue para decisão do relator, ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF.



SEM ANISTIA

Proposta pode perdoar condenados e investigados pelos ataques às sedes dos Três Poderes

Projeto de Anistia a Envolvidos no 8 de Janeiro Gera Controvérsia no Congresso

Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que propõe anistia a investigados e condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário

em Brasília. A iniciativa, de autoria do deputado Marcello Crivella, estabelece como marco inicial 14 de março de 2019 — data de abertura do inquérito das fake news no STF —, mas concentra-se nos eventos de janeiro de 2023.

O texto prevê extinção de penas, redefinição de crimes e até desconsideração de determinadas condutas como delitos,

abrangendo pessoas já condenadas ou em processo judicial. Defensores argumentam que a medida promoveria pacificação política e reparação de supostas injustiças, especialmente para manifestantes de baixa renda que teriam sofrido penalidades desproporcionais.

Para Marcelo Aith, advogado criminalista e especialista em direito penal, a proposta representa um sério risco às instituições: “O projeto, se aprovado nos termos atuais, relativiza a proteção constitucional das instituições e envia um sinal perigoso de que ataques violentos podem ficar impunes dependendo do contexto político”. Ele acrescenta que “mais do que uma questão legal, estamos diante de um desafio histórico: preservar o Estado Democrático de Direito em detrimento de interesses particulares ou de grupos momentaneamente beneficiados”.

Especialistas destacam que a proposta pode violar princípios como legalidade, separação de Poderes, impessoalidade e moralidade, além de confrontar cláusulas pétreas que protegem a forma republicana de governo e o regime

democrático. O STF já indicou que dificilmente admitirá uma anistia generalizada para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

O debate sobre a proposta seguirá no Congresso, podendo incluir vetos presidenciais e eventual análise de constitucionalidade pelo Supremo. Para Aith, a decisão final terá implicações diretas na legitimidade das instituições e na confiança da sociedade na Justiça.

“Não se trata aqui da defesa da liberdade de expressão ou do direito de manifestação política”, alerta Marcelo Aith. “Os episódios de janeiro de 2023 resultaram em violência, depredação do patrimônio público e tentativa de subversão da ordem democrática — condutas que configuram crimes de alta gravidade e não podem ser tratados como meros excessos políticos”.



TRABALHO JOGADO FORA

Senador afirma que relatório robusto foi ignorado pela PGR; Renan Calheiros foi relator da comissão

CPI da Covid foi arquivada por motivação política, denuncia Humberto Costa

Renan Calheiros (MDB-AL), como relator da CPI da Covid, teve papel central na elaboração do relatório final que pedia o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outras autoridades

por charlatanismo, epidemia com resultado de morte e crimes contra a humanidade. No entanto, segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde, todo o trabalho foi arquivado por “motivação política”, permitindo que Bolsonaro passasse “impunemente” pelos crimes cometidos durante a pandemia.

A CPI, instalada no Senado entre abril

e outubro de 2021 e presidida por Omar Aziz (PSD-AM), investigou a condução do governo Bolsonaro no combate à Covid-19, incluindo omissões na compra de vacinas, promoção de tratamentos ineficazes e responsabilidade pelas mortes evitáveis. O relatório elaborado por Calheiros e pela comissão reuniu “provas bastante importantes, bastante robustas”, segundo Costa, mas foi ignorado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na gestão de Augusto Aras.

“Nós tivemos o arquivamento dessas denúncias sem sequer uma avaliação mais adequada, sem investigações complementares. Então isso vem numa ótima hora, porque essa página trágica do governo Bolsonaro passou impunemente”, disse Costa, em entrevista ao Conexão BdF, da Rádio Brasil de Fato.

O senador acrescentou críticas à condução da pandemia pelo governo Bolsonaro, afirmando que ao menos dois terços das mais de 700 mil mortes poderiam ter sido evitadas com medidas de isolamento, lockdown e compra antecipada de vacinas. “Tínhamos informações num nível como poucas CPIs já conseguiram levantar. Era evidente a condução irresponsável por parte de Bolsonaro.

São números elaborados por pesquisadores e aceitos pela comunidade científica internacional”, afirmou.

Além disso, Costa criticou a aprovação, em primeiro turno na Câmara, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, classificando-a como “claramente imoral, indecente”. Ele disse acreditar que o projeto será rejeitado no Senado, “sepultado no lixo da história” pela pressão da opinião pública.

O senador também comentou a crise política no União Brasil, apontando uma “falsa indignação” da legenda após denúncias contra seu presidente, Antonio Rueda. Por fim, destacou que o Congresso deveria priorizar pautas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a tarifa social de energia elétrica, e não a anistia aos envolvidos no ataque ao Congresso em 8 de janeiro.



TRANSPORTE

Obras fazem parte do programa Pró-Estrada e representam investimento de mais de R\$ 1,6 milhão

Paulo Dantas entrega três quilômetros de pavimentação urbana em Cacimbinhas

O governador Paulo Dantas inaugurou, nesta quinta-feira (18), 3 km de obras de pavimentação urbana em Cacimbinhas, no Sertão de Alagoas, a 172 km de Maceió. A entrega integra o programa Pró-Estrada e fez parte das comemorações dos 67 anos de emancipação política do município. As vias receberam asfaltamento completo e sinalização horizontal e vertical, beneficiando diversas localidades.

Durante a solenidade, Paulo Dantas destacou a satisfação da população com

a melhoria na mobilidade urbana. Ele lembrou de obras já concluídas na cidade, como o Centro Integrado de Segurança Pública, creche Cria, praças e ruas asfaltadas, e anunciou novos projetos. Entre eles estão a construção de uma barragem para abastecimento de água e a inauguração do Colégio do Estado, dentro do programa Escola do Coração.

O prefeito Vaval Wanderley agradeceu o investimento e ressaltou o impacto positivo das obras para os moradores. Segundo ele, mais de 200 famílias foram beneficiadas

diretamente com o conjunto de intervenções, enquanto outras centenas em diferentes distritos também receberão melhorias. O prefeito frisou que toda a cidade se fortalece com os avanços estruturais.

Ao todo, 15 ruas foram pavimentadas, incluindo trechos no conjunto José Reinaldo Wanderley, na Rua José Licor de Araújo e no distrito de Minador do Lúcio. O investimento de R\$ 1,6 milhão foi feito pela Secretaria de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand), com recursos

do Tesouro Estadual. A obra garantiu não apenas pavimentação, mas também sinalização e segurança viária.

Moradores celebraram as mudanças no cotidiano. Macielma Fernandes, residente no conjunto José Reinaldo Wanderley, contou que a rua onde vive era de barro, com poeira e lama, mas agora está asfaltada e segura. Ela destacou a melhoria no transporte escolar, a instalação de quebra-molas e a sensação de mais qualidade de vida com a urbanização da área.

A agenda do governador em Cacimbinhas incluiu ainda a entrega de viaturas à Guarda Municipal, inauguração da nova sede da Secretaria de Assistência Social e distribuição de cestas do programa “Lápis na Mão, Comida na Mesa”. Dantas também autorizou obras futuras, como a construção da escola do conjunto José Reinaldo Wanderley, sede do Cras, campo society em Minador do Lúcio e pavimentação da ligação da BR-316 com a AL-140. A cerimônia contou com a presença de deputados estaduais, federais e lideranças políticas locais.



TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O pacto investirá mais de R\$ 13 milhões para garantir ao menos um cientista de dados em cada estado brasileiro

Secti participa de lançamento do Pacto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

O secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas, Silvio Bulhões, participou do lançamento do Pacto Nacional pelos Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação,

em Brasília. Atual presidente do Consecti, Bulhões foi uma das principais vozes no evento, que contou com a presença da ministra Luciana Santos e de autoridades da área.

A iniciativa, conduzida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,

prevê investimento de R\$ 13,36 milhões em bolsas, capacitação e infraestrutura para ampliar a produção de indicadores em todo o país. Cada estado passará a ter pelo menos um cientista de dados, aumentando a capacidade de análise e gestão de informações estratégicas.

Durante a cerimônia, a ministra Luciana Santos assinou a portaria que cria a Rede Nacional de Indicadores Estaduais de CT&I, responsável por organizar a governança e apoiar a formulação de políticas públicas regionais com base em evidências. Para a ministra, a rede garantirá maior precisão na tomada de decisões, fortalecendo a eficácia das ações em ciência e inovação.

O protocolo de intenções firmado com o Consecti e o

Confap marca a retomada da rede e estabelece diretrizes para padronizar metodologias, alinhar indicadores a padrões internacionais e permitir comparabilidade entre estados. O esforço busca consolidar uma base sólida de dados que oriente o planejamento estratégico em todas as unidades da Federação.

Silvio Bulhões destacou a importância do diálogo federativo e da parceria com o MCTI, ressaltando que os estados têm sido ouvidos e contribuído ativamente na formulação das políticas. O pacto integra o projeto Ciência de Dados pelo Brasil, que utiliza recursos do FNDCT, operacionalizados pela Finep e pelo Ibict, fortalecendo a infraestrutura nacional de inovação.



FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO

CASAL ABENÇOADO

O reconhecimento vai para o casal de empresários Olavo e Rosy, investidores que geram emprego e renda na região alta da capital alagoana. Um casal realmente abençoado.



BAILE DA INCLUSÃO

O Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (Secdef), promove o Baile Estadual da Inclusão. O evento será realizado no Centro de Convenções, em Maceió, e busca fortalecer a visibilidade e o protagonismo das pessoas com deficiência, reunindo cultura, celebração e reconhecimento.

BOTE NA AGENDA

A capital alagoana vai receber, nos dias 4 e 5 de outubro, a quinta edição do Festival da Cultura Nerd. O evento ocorrerá no Centro de Convenções, das 10h às 22h, com entrada gratuita e programação aberta a todos os públicos.

BLOQUEIO MANTIDO

O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-19) manteve o bloqueio de cerca de R\$ 650 mil nas contas de Celine e Cecile Collor, filhas do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor de Mello. A decisão foi divulgada apenas nesta semana.

PRAZO PARA INSCRIÇÃO

Escolas públicas e privadas têm até o próximo dia 30 para se inscreverem na edição 2025 da Expofísica-Ufal, promovida pelo Instituto de Física da Universidade Federal de Alagoas (IF/Ufal). O evento acontece no bloco do IF, Campus A.C. Simões, em Maceió, e apresentará a física a estudantes do ensino médio por meio de atividades lúdicas e imersivas.

LAZER

Cine Detran percorre oito cidades durante a campanha da Semana Nacional de Trânsito 2025

Detran transforma praças do Sertão em salas de cinema e leva conscientização sobre segurança no trânsito

O trânsito não aceita desculpas. O Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran-AL) levou a frase-tema da Semana Nacional de Trânsito 2025 ao pé da letra ao mobilizar no Sertão do estado uma estrutura de telão, 300 cadeiras e um grupo de técnicos especializados em educação para o trânsito. O aparato ganhou corpo e formou o Cine Detran – iniciativa inédita que leva filmes com a temática do trânsito para oito cidades sertanejas que não possuem salas de cinema.

O primeiro município contemplado foi Ouro Branco, reunindo mais de 300 pessoas na noite dessa quinta-feira (18). Quem passava pela Praça de Eventos diminuía o ritmo para tentar entender o que estava acontecendo. Um telão de mais de três metros em cima de um caminhão, carrinhos de pipoca e algodão-doce, a presença de um robô iluminado e um público

animado deram vida ao Cine Detran.

Primeiro chegaram as crianças, depois os idosos e, logo em seguida, os jovens. Com uma plateia que atravessou gerações, as cadeiras não foram suficientes, mas isso não foi motivo para ficar de fora – alguns sentaram nas calçadas, outros ficaram em pé, e muitos estacionaram suas motocicletas e assistiram ao filme de cima delas. Entre os presentes estavam alunos das escolas Rui Palmeira, Augusto Alves da Graça, Joanita de Melo e Xavier de Carvalho, todos integrantes do programa Detran na Escola. A pequena Laís Maria, de 5 anos, foi acompanhada da mãe e se encantou com a experiência. “Gostei de sair de casa para ver filme. A tela é grande e a pipoca está muito boa”, contou com entusiasmo.

O impacto da ação também foi percebido pela diretora do Centro de Formação de Condutores (CFC) José Bernardo, Magna Vieira. “É extremamente importante trazer o conhecimento de forma lúdica. Muitos jovens já chegam aos 18 anos com um veículo, mas sem noções adequadas de segurança. Essa iniciativa planta uma semente para mudar esse cenário”, avaliou.

A secretária municipal de Educação, Ana Reis, destacou a relevância do projeto. “É algo necessário. Em agosto, perdemos seis vidas em um acidente que marcou o



município. Esse tipo de conhecimento salva vidas e transforma a realidade da nossa cidade”, afirmou.

Para a superintendente de Educação para o Trânsito e Formação de Condutores do Detran-AL, Sonály Bastos, a escolha das cidades foi estratégica. “Essas localidades foram selecionadas a dedo, por sua vulnerabilidade e pela falta de acesso à informação. Encontramos aqui crianças dirigindo motocicletas, passageiros sem capacete e motoristas sem cinto. Precisamos trazer atividades diferentes para sensibilizar

a população e reduzir os índices de mortes no trânsito”, ressaltou.

Programação Cine Detran – A programação segue até o dia 26 de setembro, sempre a partir das 18h, nas seguintes cidades: Senador Rui Palmeira (19), Santana do Ipanema – Povoado São Raimundo (20), Olivença (22), Pão de Açúcar (23), Dois Riachos (24), Belo Monte (25) e Batalha (26).

EDUCAÇÃO

Estudantes de duas escolas visitaram o Detran Alagoas e receberam orientações de trânsito

Arena Detranzinho inicia atividades da Semana Nacional de Trânsito com 65 crianças

Futuros condutores de Alagoas têm um espaço lúdico para aprenderem sobre as normas e as boas práticas no trânsito. Crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares recebem ensinamentos valiosos sobre segurança viária na Arena Detranzinho, uma minicidade cenográfica do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran/AL), com circuito para aprender praticando.

E nesta quinta-feira (18), o espaço educativo recebeu 65 crianças com idades entre 05 e 12 anos – alunos de duas escolas particulares –, como parte das ações do Detran/AL na Semana Nacional de Trânsito. As atividades lúdicas são divididas em dois momentos: primeiro

as crianças recebem orientação com os técnicos do Detran explicando as normas básicas do trânsito e assistem à exibição de desenhos educativos; na segunda parte, elas colocam em prática o que aprenderam sobre o trânsito. Para isso, as crianças usam bicicletas, patinetes e velocípedes (de acordo com a idade de cada uma) e percorrem um minicircuito, que conta com semáforos, sinalização horizontal e vertical.

O assessor especial de Educação para o Trânsito do Detran Alagoas, Roberto Silva, destaca que é durante a fase escolar que as crianças aprendem melhor sobre os mais diversos assuntos, como o tema do trânsito, e ainda se tornam multiplicadores de conhecimento dentro de casa. “As crianças acabam levando para casa os ensinamentos que adquiriam aqui, e a partir daí elas vão educar os pais, os familiares, os vizinhos, a mudar a cultura que temos hoje de um trânsito violento. Temos nelas a esperança de mudança de comportamento, e é dessa forma que vamos reduzir os sinistros de trânsito em Alagoas”, afirmou.

Alunos do 1º período, Joaquim Ferreira (5 anos) e Ágatha Sofia (6 anos),

aprenderam mais sobre o trânsito brincando na Arena Detranzinho. Joaquim afirmou que faz tudo certo e não comete nenhuma infração: “Sempre atravesso na faixa e olho para os dois lados. Quando estou no carro dos meus pais, sento na cadeirinha e com o cinto de segurança bem firme”, disse.

Ágatha afirmou que vai contar para os pais tudo que aprendeu no Detran. “Gostei muito! Fiquei muito feliz em

poder andar de bicicleta com meus amiguinhos e de pintar também”, falou a menina.

As atividades lúdicas também contam com um momento de pintura, brincadeiras de perguntas e respostas e jogos de tabuleiro, tudo tendo o trânsito como a principal temática.



BASTIDORES DO MUTANGE

Novo dirigente relata processo de consenso político e defende aproximação entre clube e torcedor em momento de reconstrução

Clauwerney Ferreira detalha articulação e promete gestão transparente à frente do Conselho do CSA

O CSA vive um período de intensas mudanças políticas e administrativas, e a posse de Clauwerney Ferreira como presidente do Conselho Deliberativo simboliza essa fase de transição. O dirigente explicou que sua chegada ao cargo foi resultado de ampla articulação interna, que envolveu reuniões com conselheiros e lideranças do clube. Segundo ele, a escolha foi baseada no consenso e na necessidade de garantir estabilidade.

Durante a assembleia realizada no Mutange, Ferreira destacou que o Conselho terá papel central na recuperação institucional do CSA. Ele



afirmou que pretende fortalecer a transparência e ampliar o espaço de participação, entendendo que a torcida precisa estar mais próxima das decisões tomadas nos bastidores.

O dirigente também reforçou a importância de alinhar as discussões políticas com o planejamento esportivo. Para ele, somente um ambiente coeso permitirá que o clube recupere sua competitividade e volte a disputar espaço de protagonismo no cenário estadual e nacional.

Em meio a um momento delicado, Clauwerney Ferreira se comprometeu a conduzir o Conselho com equilíbrio e responsabilidade, buscando resgatar a confiança dos torcedores e dar suporte às mudanças que o CSA necessita para iniciar um novo ciclo.

POLÍTICA AZULINA

Conselheiro afirma que consultor já atua como presidente de fato e defende estabilidade em meio à crise administrativa

Marcelo Brabo avalia conjuntura do CSA e vê Ney Bonatelli como figura central no comando do clube

Marcelo Brabo, conselheiro do CSA, fez uma análise detalhada sobre o atual cenário político do clube e apontou Ney Bonatelli como figura central na condução administrativa. Segundo Brabo, embora formalmente o clube seja gerido por uma junta, na prática Bonatelli já exerce papel equivalente ao de presidente, tomando as principais decisões esportivas e administrativas.

Para o dirigente, essa configuração garante

ao CSA um comando definido em meio ao momento turbulento. Ele explicou que a centralização das responsabilidades em Bonatelli é uma forma de acelerar processos e dar respostas imediatas às demandas do futebol



e da gestão.

Brabo ressaltou, no entanto, que a situação exige responsabilidade e clareza no diálogo com a torcida. Ele destacou que o clube precisa recuperar credibilidade junto ao seu torcedor,

que ainda sofre os efeitos do rebaixamento e da instabilidade política.

O conselheiro também avaliou que o CSA precisa de planejamento de longo prazo, que envolva profissionalização da gestão, organização financeira e fortalecimento da base. Para ele, o trabalho iniciado por Bonatelli deve servir de alicerce para esse processo.

Na visão de Brabo, o desafio é transformar a atual administração provisória em um projeto estruturado, capaz de preparar o CSA para voltar a disputar títulos e retomar seu espaço no futebol brasileiro.

Trilênio	Revelação	Histórico	Reviravolta
O CRB lançou o planejamento estratégico "Enaldo Marques" para o período 2025-2028, com 166 ações divididas em oito metas principais. Entre os objetivos estão o acesso à Série A, a valorização da base, o fortalecimento da marca e a melhora da experiência do torcedor. O presidente Marcos Barbosa destacou que a gestão será responsável e sustentável, evitando riscos financeiros. O projeto recebeu contribuições de dirigentes, conselheiros, sócios e colaboradores. A ideia é preparar o clube para crescer de forma sólida e duradoura.	Antes de brilhar no Palmeiras e ser vendido ao Real Madrid, Endrick quase defendeu a dupla Gre-Nal. O atacante chegou a ser reprovado em teste no Internacional quando tinha apenas 10 anos de idade. Já o Grêmio manifestou interesse mais tarde, mas o acerto com o Verdão já estava firmado. Seu pai, Douglas Ramos, confirmou que houve oferta tricolor, mas a família decidiu manter a palavra dada. A escolha abriu caminho para o protagonismo do jovem nas categorias de base palmeirenses.	Eduardo Barroca, atual técnico do CRB, comandava o Mirassol no início de 2025, durante o Paulistão. No clube paulista, somou 11 jogos, com cinco vitórias, um empate e cinco derrotas, deixando o cargo em fevereiro. Agora no Galo, tem a missão de aplicar experiências e buscar o acesso à elite nacional. Já são cerca de 30 partidas à frente do time, entre Série B e Copa do Brasil. O próximo desafio será contra o Criciúma, confronto direto na luta pelo G-4.	O ex-jogador Bebedeira, com passagens por Corinthians e Sport, relatou erros que marcaram sua carreira profissional. Lesões mal tratadas e más escolhas pessoais prejudicaram sua trajetória no futebol. Hoje, ele afirma viver nova fase, faturando alto no ramo de gás de cozinha. Segundo Bebedeira, disciplina e dedicação foram fundamentais para a virada de rumo. Sua história inspira atletas a buscar alternativas quando o esporte já não é suficiente.

FUTEBOL INTERNACIONAL

Craque português usou redes sociais para apoiar o companheiro de seleção, alvo de críticas por rendimento no Barcelona

Cristiano Ronaldo sai em defesa de João Félix e critica excesso de cobranças

Cristiano Ronaldo voltou a mostrar sua liderança dentro e fora de campo ao sair publicamente em defesa de João Félix. O craque do Al-Nassr, maior nome da seleção portuguesa na última década, utilizou as redes sociais para rebater comentários feitos em um podcast esportivo que questionavam a dedicação e a qualidade do atacante do Barcelona. De forma direta, Ronaldo escreveu que as pessoas “não sabem nada”, em referência às críticas que vinham circulando sobre o jovem jogador.

O gesto do camisa 7 foi entendido como um recado

de união em um momento de grande pressão para João Félix. O atacante, que chegou ao Barcelona cercado de expectativa, não conseguiu repetir atuações consistentes e passou a ser alvo de desconfiança da imprensa e de torcedores. Cristiano, no entanto, reforçou que avaliações precipitadas ignoram o esforço do atleta nos treinos e a dificuldade de adaptação em clubes de ponta. Para ele, a cobrança excessiva pode prejudicar o desenvolvimento de talentos que ainda estão em formação.

João Félix tem vivido altos e baixos na carreira desde que deixou o Benfica para atuar no futebol espanhol. Depois de passagem irregular pelo Atlético de Madrid, foi emprestado ao Chelsea e agora ao Barcelona, mas ainda não encontrou

estabilidade. Nesse cenário, o apoio de Ronaldo ganha peso simbólico, pois mostra que dentro da seleção há confiança em seu potencial e no impacto que pode ter em momentos decisivos.

Além do apoio direto, Cristiano Ronaldo aproveitou para valorizar a nova geração de jogadores portugueses. Ele destacou que jovens como João Félix precisam de tempo e confiança para atingir todo o potencial. A postura de CR7 repercutiu fortemente na imprensa ibérica, dividindo opiniões entre quem considera o gesto um ato de companheirismo e quem entende como uma forma de blindagem diante da crítica pública.

Em Portugal, a fala de Cristiano foi recebida como uma tentativa de

fortalecer o ambiente interno da seleção, que se prepara para uma série de compromissos nas eliminatórias e competições da UEFA. A presença de nomes consolidados, como o próprio Ronaldo, ao lado de talentos emergentes, é vista como essencial para o equilíbrio do grupo.

Com sua manifestação, Cristiano Ronaldo mostrou mais uma vez que seu papel vai além do desempenho em campo. Ele se posiciona como referência de liderança, assumindo a responsabilidade de proteger colegas de equipe e reforçar a coesão necessária para que Portugal siga competitivo no cenário internacional.



DETENÇÃO

O filho de Rampage Jackson, ex-campeão do UFC, foi preso sob acusação de agredir um lutador inconsciente durante evento de artes marciais mistas. Fontes apontam que o episódio ocorreu após o confronto, quando a vítima já se encontrava fora de condições de reação. A polícia local abriu inquérito para apurar circunstâncias do fato, enquanto organizadores do evento suspendem o agressor temporariamente. A defesa preliminar indica que a ação foi motivada por provocação verbal, mas a acusação exige investigação cuidadosa. O caso reacende debate sobre segurança e protocolo em lutas profissionais.

ESTRATÉGIA

Nas pistas de Baku, equipes de Fórmula 1 consideram ignorar os pneus macios na classificação, por entenderem que o desgaste alto e a degradação prejudicam desempenho em corridas longas. A avaliação técnica sugere que os compostos mais duros, embora mais lentos em volta única, podem oferecer vantagem estratégica no início da prova ou em estratégias de duas paradas. Engenheiros destacam também a influência das condições de calor e do asfalto abrasivo sobre a escolha dos pneus. A decisão será importante para equipes médias, que buscam maximizar posições no grid sem sacrificar ritmo de prova. Analistas acreditam que essa mudança de abordagem pode alterar o panorama do GP.

COBRANÇA

O ídolo do Vasco, Mauro Galvão, acionou judicialmente o clube cobrando dívida de R\$ 2,5 milhões, alegando atraso no cumprimento de acordo contratual da gestão anterior. Ex-jogador e dirigente, Galvão sustenta que valores relativos a direitos de imagem ou bônus de desempenho não foram pagos conforme pactuado. A assessoria jurídica do Cruz-Maltino confirmou recebimento da notificação e informou que vai avaliar documentos para responder à demanda. Torcedores acompanham o caso de perto, já que Mauro é figura respeitada pela história no clube. Dependendo do resultado, pode abrir precedente para outras ações similares dentro do futebol nacional.

LIBERTADORES

Entidade reconheceu falha de arbitragem em lance do jogo contra o Estudantes e pode liberar o atacante para a sequência da competição

Conmebol admite erro em expulsão de Gonzalo Plata e abre espaço para recurso do Flamengo

A Conmebol reconheceu oficialmente que a expulsão de Gonzalo Plata na partida entre Flamengo e Estudantes, no Maracanã, foi equivocada. O equatoriano recebeu cartão vermelho direto ainda no primeiro tempo após disputa de bola, decisão que gerou grande revolta em campo e nas arquibancadas. O comunicado da entidade sul-americana foi publicado em relatório técnico de

arbitragem, no qual admitiu erro de interpretação do árbitro responsável.

A decisão da Conmebol representa um alívio para o Flamengo, que viu seu elenco enfraquecido em um jogo de alta pressão. Plata, contratado para ser uma peça fundamental no setor ofensivo, vinha crescendo de produção e sua ausência foi sentida durante o confronto. O clube carioca deve utilizar o documento oficial como base para entrar com recurso e pedir a retirada da suspensão automática do atleta.

A arbitragem sul-americana tem sido alvo de críticas constantes, especialmente pelo uso inconsistente do VAR. No caso específico do lance envolvendo Gonzalo Plata, imagens de vídeo mostraram que a falta não justificava a expulsão direta. O reconhecimento público da falha é incomum, mas reforça a necessidade de maior rigor técnico e transparência nas análises.

Para o Flamengo, a situação expõe a dificuldade de administrar um calendário extenso em meio a decisões arbitrárias que podem

comprometer campanhas. Plata, que vinha se firmando como titular, deve ser peça importante nos planos da comissão técnica para a sequência da Libertadores.

O episódio volta a colocar em debate o papel da Conmebol na capacitação dos árbitros e no fortalecimento do VAR como ferramenta de justiça esportiva. A expectativa é de que a entidade adote medidas para evitar novos equívocos que impactem diretamente o rumo das competições continentais.